



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Recurso nº. : 128.860
Matéria: IRPF – Ex.: 1993
Recorrente : ANTÔNIO MARTINS DE OLIVEIRA NETO
Recorrida : DRJ em JUIZ DE FORA - MG
Sessão de : 22 DE MAIO DE 2002
Acórdão nº. : 106-12.713

IRPF – DECADÊNCIA – No imposto de renda da pessoa física o prazo decadencial inicia-se a partir da data da ocorrência do fato gerador e termina depois de transcorridos cinco anos.

ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO – APURAÇÃO ANUAL – A legislação do imposto de renda das pessoas físicas determina que o tributo será devido mensalmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos, logo, a apuração do acréscimo patrimonial deve ser feita mês a mês, pois não existe permissivo legal que autorize o seu levantamento anual.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ANTÔNIO MARTINS DE OLIVEIRA NETO.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de decadência e, no mérito, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

TACY NOGUEIRA MARTINS MORAIS
PRESIDENTE

THAISA JANSEN PEREIRA
RELATORA

FORMALIZADO EM: 07 NOV 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ROMEU BUENO DE CAMARGO, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, LUIZ ANTONIO DE PAULA, EDISON CARLOS FERNANDES e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES. Ausente justificadamente a Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES E BRITTO.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

Recurso nº. : 128.860
Recorrente : ANTÔNIO MARTINS DE OLIVEIRA NETO

R E L A T Ó R I O

Antônio Martins de Oliveira Neto, já qualificado nos autos, recorre da decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora, por meio do recurso protocolado em 12/11/01 (fls. 84 a 89), tendo dela tomado ciência em 11/10/01 (fl. 81 - verso).

Contra o contribuinte foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01 e 03, o qual constituiu o crédito tributário no valor total de R\$ 99.426,00, calculado até 29/05/98, sendo R\$ 40.289,33 referente ao imposto de renda pessoa física.

O lançamento ocorreu em virtude da constatação de acréscimo patrimonial a descoberto apurado no ano-calendário de 1992. A fiscalização às fls. 02 e 03 esclarece que procedeu ao levantamento anual tendo em vista a falta de dados mensais.

Às fls. 63 e 64, o sujeito passivo impugna o lançamento argüindo em preliminar a decadência do direito de o fisco constituir o crédito tributário em questão e, no mérito, argumenta que foram desapropriados os imóveis que discrimina e não foram feitas as correspondentes apropriações dos recursos recebidos.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora (fls. 74 a 78), por meio de sua 4ª Turma, por unanimidade de votos, rejeitou a preliminar levantada e, no mérito, considerou procedente em parte o lançamento.

Afirma o relator em seu voto que o lançamento do imposto de renda pessoa física é por declaração e, em assim sendo, segue a regra contida no art. 173,

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

do Código Tributário Nacional. Logo, se o contribuinte entregou sua Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física em 18/06/98 (fl. 62 – verso), exatamente no último dia do prazo decadencial, não há o que se falar em decadência.

No mérito, esclarece que:

- *Inicialmente há que se registrar que não foi questionada a afirmativa do fiscal autuante de que por falta de dados mensais o acréscimo patrimonial a descoberto foi apurado como se ocorrido em dezembro do ano-calendário de 1992. Assim, em que pese o que estabelece a legislação tributária acerca da necessidade de apuração mês a mês, será aceita neste Acórdão a forma como procedeu a fiscalização. (fl. 77);*
- Quanto às desapropriações, verifica-se que o pagamento foi feito em grande parte por meio de Títulos da Dívida Agrária e como não existe prova de sua alienação não há como ser considerado como origem de recursos para acobertar o acréscimo patrimonial;
- Tem razão o contribuinte no que diz respeito à contabilização da venda de um veículo devidamente comprovada à fl. 28, pelo que o lançamento deve ser ajustado a esse fato.

Em seu recurso (fls. 84 a 89), o sujeito passivo volta a arguir a ocorrência da decadência, pois se o prazo é contado de data a data, o dia 17/06/98 foi o último dia em que o fisco poderia ter efetuado o lançamento. No dia 18/06/98 já teria ocorrido a decadência.

Alega, ainda, que a constituição do crédito tributário não obedeceu os ditames legais, posto que, mesmo o fiscal tendo tido acesso às origens e aplicações mensais do contribuinte, procedeu à apuração anual do acréscimo patrimonial, quando o correto seria fazê-la mês a mês.

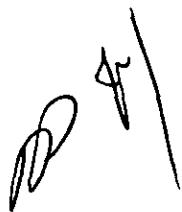


**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

Afirma que nas desapropriações feitas pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG não foram utilizados os Títulos da Dívida Agrária como forma de pagamento. Conforme despacho de fl. 99, houve o arrolamento dos bens como forma de garantia de instância, formalizado no processo nº 13646.000235/2001-47.

É o Relatório.

A handwritten signature consisting of stylized initials and a surname, likely belonging to the author of the report.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

V O T O

Conselheira THAISA JANSEN PEREIRA, Relatora

O recurso é tempestivo e obedece todos os requisitos legais para a sua admissibilidade, por isso deve ser conhecido.

O primeiro aspecto a ser analisado é a preliminar de decadência suscitada pelo contribuinte.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de fora considerou que não ocorreu a decadência, posto que o imposto de renda pessoa física tem características de lançamento por declaração e segue a regra contida no art. 173, do Código Tributário Nacional. Assim se expressou:

Dessa forma, dois aspectos devem ser observados, a saber: 1) se a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física foi apresentada dentro do prazo legal ou não; 2) se a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física sequer foi apresentada. Isso porque o prazo decadencial para a Fazenda Pública constituir o crédito Tributário extingue-se em 05 (cinco) anos, contados da data da apresentação da Declaração de Rendimentos, se ocorrida no exercício, conforme o estabelecido no parágrafo único do art. 173 do CTN, tendo o Fisco, com esta Declaração, ampla possibilidade de examinar a atividade exercida pelo contribuinte.

O contribuinte efetuou a entrega de sua DIRPF/93 em 18/06/93 conforme extrato SRF, de fl. 7, e tomou ciência do presente

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

lançamento em 18/06/98, conforme AR-ECT de fl. 62-v, exatamente o último dia do prazo decadencial de 05(cinco) anos estabelecido na legislação tributária, conforme anteriormente se expôs. (fl. 77 – grifos no original)

Por sua vez, o recorrente entende que o lançamento do imposto de renda pessoa física se dá por homologação, cita o Decreto Lei nº 1.967/82 como embasamento legal e termina afirmando que o prazo de decadência é contado data a data, logo, se a declaração foi entregue em 18/06/93, às 24 horas do dia 17/06/98 teria sido o último instante no qual o fisco ainda teria o direito de efetuar o lançamento. O dia 18/06/98, quando ele tomou conhecimento do Auto de Infração, já estaria abrangido pela decadência.

Em primeiro lugar, o raciocínio do recorrente é equivocado na medida em que entende que o dia 18/06/98 já estaria alcançado pela decadência, no caso de se partir da data da ciência do Auto de Infração para a contagem dos 5 anos. Tanto o art. 150 como o art. 173, ambos do Código Tributário Nacional, que dispõem sobre o lançamento por homologação e por declaração, respectivamente, entendem que o prazo para que ocorra a decadência é de 5 anos. O que distingue as duas modalidades é o termo inicial da contagem, porém somente transcorridos o período quinquenal é que se dá a decadência, ou seja, o último dia dos 5 anos ainda é propício ao uso do direito de o fisco constituir o crédito tributário.

Assim, se a entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do exercício de 1993 ocorreu no dia 18/06/93 (fl. 07), o último dia em que o fisco poderia exercer o seu direito de constituir o crédito tributário por meio do lançamento de ofício foi exatamente o dia 18/06/98, no qual o Sr. Antônio Martins de Oliveira tomou conhecimento do Auto de Infração (fl. 62 – verso).

Para os que entendem que no exercício de 1993 o lançamento do imposto de renda da pessoa física se deu por declaração, o prazo inicia-se mais adiante ainda, pois somente começaria a contar a partir do recebimento pelo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

contribuinte da Notificação, a qual somente ocorreu depois do último dia para a entrega tempestiva da Declaração de Ajuste Anual.

Não ocorreu, portanto, a decadência, porém, quanto ao aspecto da metodologia de cálculo da evolução patrimonial do recorrente, que levou em conta a variação anual, quando deveria ter sido feita mês a mês, deve ser dada razão ao contribuinte.

O lançamento foi baseado, dentre outros, nos seguintes dispositivos legais:

Lei nº 7.713/88

Art. 2º. O Imposto de Renda das pessoas físicas será devido, mensalmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.

Art. 3º. O imposto incidirá sobre o rendimento bruto, sem qualquer dedução, ressalvado o disposto nos arts. 9º a 14 desta Lei.

§ 1º. Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados. (grifos meus)

A legislação, portanto, determina a periodicidade mensal para o cálculo do acréscimo patrimonial, além do que, apesar de o fisco ter afirmado não possuir os dados mês a mês (fl. 03), observa-se pelos documentos acostados aos autos que tal afirmação não corresponde à realidade dos fatos, pois como é possível verificar, o anexo da atividade rural (fls. 13), única fonte de rendimentos tributáveis declarada pelo contribuinte, e os comprovantes de fls. 28 a 56 espelham as aplicações e recursos obtidos mês a mês.

Desta forma não há como prevalecer o lançamento que não atendeu os pressupostos legais para a sua constituição.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10650.000657/98-26
Acórdão nº. : 106-12.713

A própria Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora demonstra seu entendimento contrário à apuração anual do acréscimo patrimonial a descoberto que assim se manifesta:

Inicialmente há que se registrar que não foi questionada a afirmativa do fiscal autuante de que por falta de dados mensais o acréscimo patrimonial a descoberto foi apurado como se ocorrido em dezembro do ano-calendário de 1992. Assim, em que pesse o que estabelece a legislação tributária acerca da necessidade de apuração mês a mês, será aceita neste Acórdão a forma como procedeu a fiscalização. (fl. 77 – grifo meu)

Pelo exposto e por tudo mais que do processo consta, conheço do recurso por tempestivo e interposto na forma da lei, e voto por REJEITAR a preliminar de decadência e, no mérito DAR-lhe provimento.

Sala das Sessões - DF, em 22 de maio de 2002.


THAISA JANSEN PEREIRA